

## DESAFIOS LEGAIS E ÉTICOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Gabriel Correia da Silva<sup>1</sup>

Jammes Miller Bessa<sup>2</sup>

DOI: [10.47094/978-65-6036-813-2/7](https://doi.org/10.47094/978-65-6036-813-2/7)

**INTRODUÇÃO:** A Inteligência Artificial (IA) tem promovido mudanças importantes em diversos setores, exigindo uma correta regulação para reduzir os riscos ligados ao seu uso. No Brasil, o Marco Legal da IA tem por objetivo estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento e a aplicação dessa tecnologia. No entanto, é preciso compreender quais são os desafios legais e éticos para a implementação desse marco, principalmente no que diz respeito à proteção dos direitos fundamentais e à inovação tecnológica. **OBJETIVO:** Este estudo visa analisar os principais desafios legais e éticos na implementação do Marco Legal da IA no Brasil. O objetivo é identificar possíveis lacunas e propor soluções que garantam um equilíbrio entre inovação tecnológica e responsabilidade social. **MÉTODOS:** O estudo adota uma metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. Fontes como livros, artigos acadêmicos e legislações são analisadas para entender as implicações do marco legal. **RESULTADOS:** Os principais resultados indicam que a implementação do Marco Legal da IA no Brasil ainda carece de definições claras quanto à responsabilidade civil em casos de danos causados por algoritmos autônomos. Além disso, a governança da IA e a proteção de dados pessoais surgem como questões cruciais, principalmente com a integração da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no marco regulatório da IA. **CONCLUSÕES:** O estudo conclui que, embora o Marco Legal da IA seja um passo importante para a regulamentação tecnológica no Brasil, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. A falta de clareza em relação à responsabilidade civil, governança e proteção de dados pode gerar lacunas regulatórias que prejudicam tanto a inovação quanto a proteção dos direitos fundamentais. Recomenda-se um debate amplo e inclusivo para que o marco legal reflita os valores da sociedade brasileira, promovendo uma IA ética e segura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inteligência Artificial. Marco Legal. Direitos Fundamentais.

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde - UniRV, gabrielcsilva@academico.unirv.edu.br

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Direito Público; Professor orientador do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde - UniRV, jammes@unirv.edu.br.